

A Globo após os *Dias Rebeldes*

Daniel Herz

Exige destaque o papel da *Rede Globo* no desenrolar da recente crise, mesmo considerando que a maioria das grandes empresas de comunicação do país têm atuado com firmeza no questionamento das práticas do já quase ex-presidente Collor.

Cada um dos grandes veículos deu sua parcela de contribuição na tarefa de "passar o Brasil a limpo". A diferença da *Globo* é a capacidade de unificação do país através de uma audiência de mais de 60 milhões de brasileiros durante o horário nobre. A diferença, além disso, foi a extrapolação do plano editorial e jornalístico. A *Globo* inseriu um decisivo elemento de estimulação psicossocial através da mini-série *Anos Rebeldes* que, sem dúvida nenhuma, impulsionou a juventude para as ruas.

Com *Anos Rebeldes*, além de defrontar a juventude com seu país - depois de mais de uma década de estagnação do movimento estudantil - colocou-se as Forças Armadas na defensiva, descartando-se qualquer solução de força, e pondo em cheque os setores, identificados com a esquerda, que relutavam a se integrar ao movimento pró-*impeachment*, como o PDT de Leonel Brizola.

A desenvoltura da atuação da *Globo* pode ser avaliada por uma peça autopromocional veiculada na semana da aprovação do pedido de *impeachment*, sustentando a identidade da empresa com o interesse público e ressaltando sua atuação pluralista, ouvindo os diversos lados e interpretando os anseios nacionais. Para esclarecer definitivamente o significado da sua intervenção, o *Jornal Nacional* da noite do histórico dia 29 de setembro, culminou com um discurso audiovisual, sem texto, na forma de um *clipe* síntese da crise. A música tema era, justamente, *Sem Lenço, Sem Documento*, promovido por *Anos Rebeldes* a hino nacional alternativo da insubmissão pública.

Um inusitado evento também sinalizou com clareza os novos tempos da *Globo*: o encontro de Roberto Marinho com Luís Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do PT. Esse encontro foi marcado por uma revelação estarrecedora, só recebida com naturalidade apenas porque este é um país atordoado, por tantas revelações escabrosas, como as surgidas nos últimos meses. Roberto Marinho admitiu ter colocado a *Globo* a serviço da candidatura Collor.

Mais do que admitir o apoio a Collor, Marinho assumiu a parthenidade da sua existência pública nacional. "Quer saber de uma coisa, Lula? O Collor só existe na vida da República por sua causa", disse o dono da quarta maior rede privada de televisão do mundo, "ameaçado por você e pelo Brizola, este, raivoso, fazendo as maiores ameaças, pensei no destino dos sobreviventes do meu país e nas famílias dos meus companheiros do *Globo* e da *TV Globo* e resolvi enfrentar as feras". Foi assim que, para se assegurar a preservação da *Globo*, o Brasil

foi ludibriado com a fraude Collor de Mello.

O pungente argumento de um empresário preocupado, ainda que possa ser sincero, está amparado em premissas, no mínimo, estranhas. Afinal, não consta que Brizola, e tampouco Lula, assumissem posturas revolucionárias e de quebra da institucionalidade. A própria Constituição estabelece formidáveis garantias para os radiodifusores - e foram eles que as plantaram: só a Justiça pode cassar uma concessão ou permissão. Mesmo um Presidente da República não poderia simplesmente destruir a *Globo*. E nem é o caso de se trabalhar com a perspectiva de destruição da *Globo*, pois cedo ou tarde surgiria um sucedâneo.

O temor de Roberto Marinho parece ser mais elementar. É o temor de que um governo independente e comprometido com o interesse público produza uma investigação, em bases legais, revelando o que realmente é a *Rede Globo*. Também há o temor de que, com as luzes de um governo politicamente autônomo, cesse a omissão, a verdadeira estupidez da sociedade civil que tolerou, por 57 anos, que as concessões e permissões de freqüências e canais de rádio e televisão fossem objeto de uma decisão pessoal do presidente. Não pode ser atribuída apenas à ditadura militar ou à manipulação de alguns empresários a montagem da gigantesca máquina de poder em que se transformou o rádio e a televisão no Brasil. Tudo isso foi tolerado pela olímpica negligência da sociedade civil, virtualmente alheia ao significado estratégico que tem a comunicação de massa para a construção da cidadania e da nacionalidade.

Roberto Marinho, brilhantemente, antecipou-se às perguntas que a nação acabaria se fazendo, com ou sem o *impeachment*: "afinal, quem elegeu Collor? como se produziu esse fenômeno". E, antecipadamente, fez um certo pedido de desculpas que acompanhou a decidida entrada em cena para depor Collor. Mas pode a nação desculpar Roberto Marinho?

Uma resposta a essa pergunta precisa lembrar as mudanças de postura da *Globo* durante os três últimos governos: parte do apoio ao regime militar, depois aposta na transição conservadora, mais tarde fustiga o governo Sarney preparando o ambiente para a idéia do "caçador de marajás", intervém apoiando a candidatura Collor, finalmente ajuda de forma decisiva no *impeachment* de Collor.

No momento, depois de selar a sorte de três governos, a *Globo* está em "lua-de-mel" com o interesse público, faz questão de ressaltar isso e acena com concessões às esquerdas - evidentemente para evitar o risco de constituição de uma "frente anti-*Globo*". Talvez este seja o momento apropriado para propormos bases sérias para um acordo que vá além das situações conjunturais.

Roberto Marinho deseja garantias para a existência da *Globo* como empresa privada comercial? Pois que tenha essas garantias. Mas, em troca, a *Globo* deverá ser desmontada como *partido político*. Cremos que é uma troca justa, para a sociedade e para a nação. Essa é uma negociação possível: a persistência da *Globo* como empreendimento que deve se sustentar, ex-

clusivamente, por sua competência, em troca de instrumentos para uma ascendência pública, alguma forma de controle público sobre as redes de TV. Queremos apenas que, nunca mais, nenhuma empresa de televisão venha a atuar como a *Globo* o faz desde a sua fundação, como um partido político - no momento, o maior desse país - com projeto próprio, com política externa própria, discriminando amigos e inimigos, e com idéias que se impõem ao conjunto do país, através de um serviço público.

Tornar a *Globo* permeável ao interesse público e à pluralidade que o compõe é base para um acordo político sério, em que as partes envolvidas farão exigências mas também concessões. Caso contrário, continuaremos sob a permanente ameaça de que se produza um novo Collor, ou uma nova miragem seja gerada nos laboratórios da *Globo*. Ou mesmo que, futuramente, surja uma "nova *Globo*". Pedimos um preço que talvez pareça alto demais para os empresários. Mas sabemos que mesmo Roberto Marinho vive o permanente sobressalto de que, mais cedo ou mais tarde, teremos um governo independente que, pelas vias legais, fará os questionamentos e as investigações que a *Globo* talvez não resista.

DANIEL HERZ, 37, jornalista, é diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e autor do livro "A história secreta da Rede *Globo*".

(Texto editado com linhas de 60 toques)